

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: OESP Class.: Amazônia / Z. Econ. Ecol.
Data: 01/06/92 Pg.: 3 27

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Projeto para Amazônia custará US\$ 1 bilhão

Governo anunciará na Rio-92 a política de ocupação de pontos críticos da região

COELI MENDES

BRASÍLIA — A política do governo brasileiro para a Região Amazônica será anunciada oficialmente



aos dirigentes estrangeiros que participam da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92. Trata-se do Projeto Pró-Amazônia, que estava sendo preparado, nos últimos dois anos, pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) em parceria com vários setores do Executivo.

O plano, que vinha sendo mantido sob sigilo, prevê a ocupação real e eficaz de pontos críticos dos 8 milhões de quilômetros quadrados da floresta tropical, como forma de conter a exploração irracional das riquezas naturais da região, o crescente contrabando de minerais e de espécimes animais, o tráfico de drogas e a exploração do índio nas culturas de entorpecentes, como o epadu (a cocaína nativa) e a maconha.

Projeto ambicioso — É um projeto ambicioso e caro: o custo de sua aplicação está estimado em US\$ 1 bilhão, com a previsão de desembolso de 70%, desse total só na sua primeira fase. O plano será gerido sob duas siglas — Sistema de Proteção da Amazônia (Sipa) e Sistema de Vigilância da Amazônia (Siva). Esses sistemas serão executados pela Polícia Federal, Fundação Nacional do Índio (Funai) e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), sob a coordenação geral da SAE.

A previsão é a de que a ocupação se dará em quatro anos. Até lá, o governo espera manter sob controle as atividades ilícitas praticadas na região. O empresário do garimpo e o traficante de drogas mantêm interesse comum na Amazônia, apoiando-se e beneficiando-se com a construção de pis-

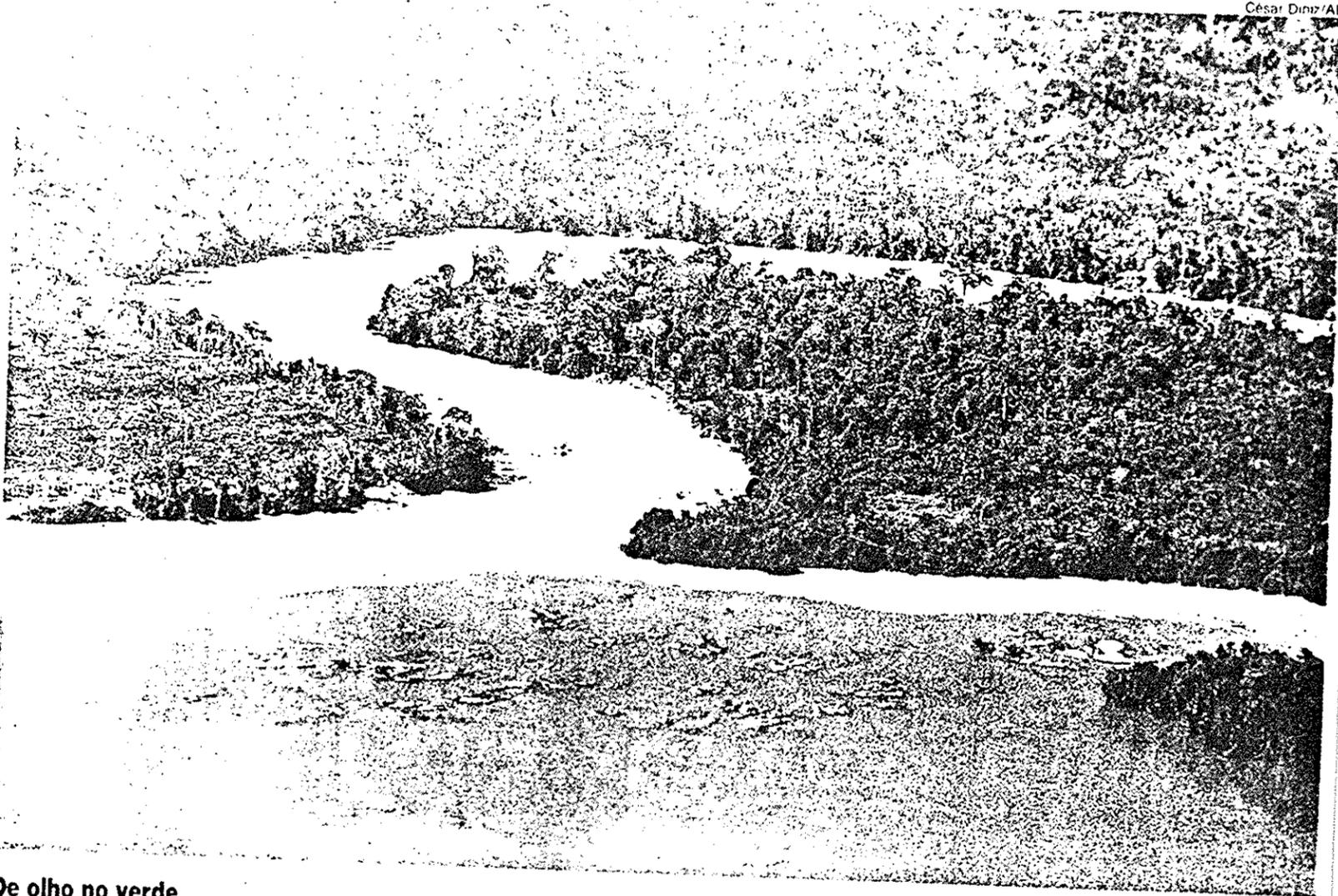
tas clandestinas, a lavagem de dinheiro e a exploração do índio", diz um trecho do documento do Pró-Amazônia.

Dados levantados pelos autores desse documento indicam que, atualmente, 87% da produção de ouro da Amazônia são desviados por contrabandistas e fazem a riqueza de países como o Uruguai. Para conter essa evasão, serão instaladas até o próximo ano, na Amazônia, 54 delegacias e postos conjuntos da Polícia Federal, Ibama e Funai, com o apoio dos quartéis militares criados pelo Projeto Calha Norte.

Mensagem cifrada — Atualmente, a PF conta com apenas 16 unidades e seis superintendências na região. O Pró-Amazônia será controlado por três grandes centros regionais instalados em Belém, Manaus e Porto Velho. Esses centros serão interligados por canais de telecomunicações via satélite, com a utilização de faixas seletivas para a transmissão de mensagens cifradas.

Sob o comando das centrais de Belém, Manaus e Porto Velho, ficarão as 54 delegacias e postos em igual número de municípios. O programa abrangerá os Estados que integram a Amazônia Legal. O primeiro centro, com sede em Belém, controlará os Estados do Pará, Maranhão, Amapá e Tocantins. A coordenação de Manaus abrangerá Amazonas e Roraima, e Porto Velho comandará os Estados do Acre, Rondônia e Mato Grosso.

Tratado — A Rio-92 pode apresentar a celebração de um tratado específico sobre florestas. Para o presidente do Instituto Estadual de Florestas de Minas, José Carlos Carvalho, desde que o Brasil aceitou sediar a conferência, há três anos, várias medidas para conter o desmatamento foram tomadas, como o corte de subsídios agrícolas e incentivos fiscais para projetos de agricultura e pecuária em áreas de florestas e demarcação de terras indígenas.



De olho no verde

Amazônia: projeto do governo pretende conter a exploração irracional das riquezas naturais da região

Manaus pode ter centro de combate ao crime ecológico

BRASÍLIA — O governo brasileiro utilizará a Rio-92 como um fórum onde pretende obter a parceria de governos estrangeiros na divisão dos custos do Pró-Amazônia. Para isso, o projeto contém um chamariz irresistível para os países com preocupações ecológicas: prevê a criação do Centro Mundial de Combate ao Crime Ecológico, com sede em Manaus. A idéia é a de que o futuro e a sobrevivência da

Amazônia não são problemas apenas brasileiros, mas da Humanidade, e que todos devem contribuir para a preservação de uma das últimas reservas florestais do planeta.

O Centro de Combate ao Crime Ecológico acena com uma participação maior desses países nos planos para a região, não só por meio de apoio financeiro, mas na colaboração em pesquisas, na exploração racional da floresta e na

defesa do equilíbrio ecológico e das riquezas naturais.

Alguns governos já foram consultados informalmente, como os da Alemanha, Canadá, Estados Unidos e Japão. A Alemanha saiu na frente e já prometeu ao governo brasileiro um reforço financeiro para o projeto.

Os recursos brasileiros e estrangeiros serão aplicados na compra de equipamentos de telecomunicações, de seis

aviões e em obras de engenharia para a instalação das 54 delegacias e postos conjuntos da PF, Ibama e Funai. Está prevista também a criação de um Banco de Dados interligando os centros regionais sediados em Belém, Manaus e Porto Velho. Numa fase mais delicada das negociações, o governo brasileiro definirá a participação de outros países no combate efetivo ao crime ecológico. (C.M.)